

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.487 - RS (2020/0079463-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : VINICIUS ANTONIO OTTO (PRESO)
ADVOGADOS : ADRIANO MARCOS SANTOS PEREIRA E OUTRO(S) -
RS059787
MARCELO FALCI RODRIGUES - RS074137
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Sob a alegação de constrangimento ilegal praticado pelo Juízo da 1ª Vara do Júri da comarca da Capital/RS, que, ao proferir sentença de pronúncia no Processo n. 001/2.16.0095879-4, manteve a prisão preventiva de **Vinicius Antonio Otto**, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade, impetrou-se no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul o HC n. 70083595488.

A Segunda Câmara Criminal denegou a ordem.

Sobreveio o presente recurso em *habeas corpus*, em que se pretende a imediata concessão da ordem liberatória ao recorrente, sob os argumentos, em suma, de que *a Magistrada carece ao apontar sem fazer referência expressa dos motivos pelos quais deveria o recorrente permanecer preso* (fl. 480), de que não houve a comprovação da apontada ameaça à testemunha e de que o fundamento da garantia da ordem pública *foi utilizado exclusivamente com base na suposta gravidade do delito, sem nenhum fato concreto a ampará-lo* (fl. 482).

É o relatório.

À primeira vista, não me deparo com o *fumus boni iuris*, pois, como já decidido por esta Corte, *inexiste ilegalidade na negativa do direito de recorrer em liberdade ao réu que permaneceu preso durante a instrução criminal, se persistem os motivos da prisão cautelar* (RHC n. 78.032/SP, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 2/2/2017).

E, pelo que se tem dos autos, subsiste ao menos um dos motivos adotados para a decretação da custódia, qual seja, a periculosidade concreta do agente, evidenciada

Superior Tribunal de Justiça

pelo *modus operandi* empregado – crime cometido em situação de execução (fl. 433) – e pelo fato de o recorrente possuir uma extensa folha de antecedentes, registrando processos por roubo, tráfico de drogas, porte ilegal de arma, além de responder a outro processo por homicídio perante esta Vara, demonstrando efetiva reiteração delitiva (fl. 370).

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal estadual e ao Juízo *a quo* sobre a atual situação do processo e do recorrente.

Após a juntada, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator